

Capitalismo em quarentena: notas sobre a crise global



Por **GABRIEL ZACARIAS***

Prefácio à edição brasileira do livro organizado por Anselm Jappe, Sandrine Aumercier, Clément Homs & Gabriel Zacarias

“...mil mortes cada dia nos rodeiam” (Homero, *Ilíada*)

A história recente do capitalismo é uma história de crises. Aquela que agora vivemos, e da qual trata esse livro, ficará talvez conhecida como a “crise do coronavírus” ou ainda pelo epíteto condensado, “corona crise”. Uma crise que foi de fato sem precedentes em muitos aspectos. Não apenas pela rapidez com que uma doença foi capaz de alastrar-se em escala planetária – anunciando um futuro temerário para a época dos fluxos globais – mas sobretudo por conta das reações que suscitou. Assistimos a um bloqueio geral da economia mundial e a imposição de medidas de confinamento das populações em quase todo o planeta. Temendo por sua sobrevivência, o capitalismo global colocou-se em quarentena. Após décadas de neoliberalismo triunfante, vislumbramos o retorno em potência do Estado. Esse retorno foi saudado por muitos. Afinal, haveria prova mais clara do caráter nefasto das políticas neoliberais de cortes dos serviços públicos do que as milhares de mortes que se multiplicaram por conta da precarização dos hospitais e dos aparatos de saúde pública? No Brasil, o ex-presidente Lula causou polêmica ao bendizer “esse monstro chamado coronavírus” como uma benção da natureza, vindo para dar de ver aos cegos: “apenas o Estado é capaz de dar solução a determinadas crises”, declarou a um portal de notícias. Um monstro para salvar-nos de outro monstro. O Leviatã ressurgiu não apenas como o guardião da guerra de todos contra todos, mas como o único capaz de vencer a “guerra” contra o “inimigo invisível” (na expressão preferida do “comandante-em-chefe” dos EUA). Chamados a ação, os Estados inicialmente hesitaram, mas finalmente assumiram seu papel de administradores da crise: tomaram medidas para garantir a salvaguarda da população (aprovando medidas de exceção sem pudores) e lançaram mão de todos os seus meios monetários e orçamentários para injetar trilhões na economia, a fim de impedir o grade crash dos mercados. Isso, porém, não se deu sem conflitos, a fricção entre razão sanitária e razão econômica permanecendo constante. Daí que muitos comentadores foram levados a defender apaixonadamente o poder do Estado, único que poderia “salvar vidas”, e outros a criticarem o autoritarismo das medidas de controle, nisso alinhando-se incautamente aos fanáticos da economia para quem as mortes contam menos do que as perdas da Bolsa. Ambas as posições ignoram o fato de que Estado e economia estão fundados em uma relação de complementaridade hostil, como partes de uma mesma totalidade social que é orientada pela necessidade de reprodução incessante de capital. Esse capital, que encontra sua substância no trabalho abstrato produtor de mercadorias, precisa ainda, para sua própria reprodução, salvaguardar a vida de parte das populações – de onde extrai força a razão sanitária. Mas a parcela de trabalho vivo na produção de mercadorias declina a cada avanço tecnológico, e as vidas dos homens e mulheres tornados supérfluos para a economia vão se tornando cada vez mais descartáveis.

Que o Estado é parte integrante da sociedade capitalista e que não será jamais sua função criar as condições de superação dessa forma de sociedade deveria ser, a essa altura, um fato assente. Mas para além dessa contradição de princípio, há outra razão pela qual toda aposta na “primazia da política” como via de saída da crise está fadada ao fracasso. Toda intervenção estatal só é possível através do endividamento massivo dos Estados que, deste modo, vão minando cada vez mais suas próprias bases de ação e erodindo sua legitimidade. A falência crescente dos Estados, com o avanço da crise do sistema, faz com que as fronteiras entre legalidade e ilegalidade se esfumem, e que Estado e máfia se tornem indiscerníveis. No Brasil, esse processo avança a passos largos, sobretudo desde o estouro da bolha das commodities, sobre a qual esteve assente seu último período de “prosperidade econômica”. O estouro da bolha varreu o governo de

esquerda, que governou pela corrupção, e entronizou a direita, que além de corrupta, não é apenas militarista, mas pior, é miliciana. O futuro não é auspicioso. A afirmação de Robert Kurz de que a crise do capital engendraria uma nova forma de sacrifício das populações, uma espécie de eutanásia burocrática com contornos de anomia, parece já se comprovar no Brasil de Bolsonaro. E a crueldade estúpida de um presidente que perante milhares de morte sabe apenas responder “e daí?” certamente faz parecer amigável qualquer sacerdote sacrificial do passado.

Os acontecimentos atuais só podem ser compreendidos se inserirmos a “crise do vírus” no panorama mais amplo do processo de crise fundamental do capitalismo, sistema que agora confronta-se a seus limites históricos tanto internos – a desvalorização do valor, com a redução irreversível da parte de trabalho vivo – quanto externos – o esgotamento dos recursos naturais e ameaça de colapso ambiental. A tentativa desesperada de uma “fuga adiante” do capital, que por meio do capital fictício busca salvar-se apropriando-se da massa de valor futuro (suposta, mas jamais efetiva) não poderá durar para sempre. Os Estados cumprem papel central nesse processo, tendo paulatinamente substituído o setor privado na produção de capital fictício (o que se torna mais evidente nos acessos de crise, como agora). Não tenhamos ilusões – se os Estados se mobilizam não é para salvar seus povos, mas para garantir a sobrevivência da economia mundial, cada vez mais ameaçada. A quarentena auto-imposta do capitalismo foi, para este, um mal necessário para se salvar. Mas esse remédio amargo pode ter um perigoso efeito colateral, tendo aumentado exponencialmente a montanha de dívidas insolváveis que ameaça desabar a qualquer instante. A avalanche nos levará em sua queda abrupta? Ou teremos aprendido algo com o breve “pause” do sujeito automático?

A elaboração do presente texto espelha seu momento: ele é fruto de uma construção coletiva “à distância”, envolvendo pessoas confinadas em diferentes cantos do globo, nascida inicialmente como simples troca de ideias e impressões até tomar inadvertidamente a forma de um ensaio crítico. Além dos autores que assinam o livro, diversas outras pessoas contribuíram com sugestões e reflexões pontuais que ressoam nessas páginas. A maior parte delas são colaboradoras da revista *Jaggernaut* e da associação *Crise et Critique*, grupo francês próximo à crítica do valor-dissociação (*abspaltungswertkritik*). Uma primeira versão dos capítulos iniciais foi divulgada na internet, inicialmente através do site *Palimpsesto*, com o título *De Virus Illustribus*. O desvio da fórmula latina *de viris illustribus* – designando o gênero clássico do registro de “vidas ilustres” – indicava nosso espanto perante o fato de que um “vírus” havia se tornado, de repente, o mais célebre dos personagens de nosso tempo. As reações estapafúrdias dos “ilustres” que nos governam deixou claro que estes tampouco são dignos de nota... A tradução do texto também foi uma empreitada coletiva e à distância que contou com a participação de: Pedro Pereira Barroso, João Gaspar, Frederico Lyra e Cecília Pires (nos primeiros quatro capítulos); Pedro Henrique Resende, Rachel Pach e Robson J.F. de Oliveira (na integralidade do texto). É graças à essa colaboração generosa que os leitores brasileiros terão acesso ao texto antes mesmo de sua publicação integral na França (prevista para agosto). A antecipação se justifica, ademais, pela precipitação vertiginosa da crise no Brasil.

***Gabriel Zacarias** é professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Referência

Anselm Jappe, Sandrine Aumercier, Clément Homs & Gabriel Zacarias (orgs.). ***Capitalismo em quarentena: notas sobre a crise global***. Tradução: João Gaspar, Pedro Henrique Resende, Pedro Pereira Barroso, Rachel Pach & Robson J. F. de Oliveira. São Paulo, Elefante editora, 2020, 148 págs.